

## Ata nº 64 / XIII / 2.ª SL

Aos sete dias do mês de fevereiro de 2017, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

### Ordem do Dia (OD):

1. **Informações gerais.**
2. **Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 37/XIII/2ª - Aprova o Protocolo Adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina referente aos Testes Genéticos para Fins relacionados com a Saúde, aberto a assinatura em Estrasburgo, em 27 de novembro de 2008.**
3. **Apreciação e votação do Relatório da Proposta conjunta de DECISÃO DO CONSELHO** - Relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Canadá, por outro - [JOIN\(2016\)56](#)
4. **Apreciação e votação do Relatório da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO** Modelo de acordo relativo ao estatuto referido no artigo 54.º, n.º 5, do Regulamento (UE) 2016/1624 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro de 2016, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira- [COM\(2016\) 747](#)
5. **Apreciação do pedido de renúncia da 1.ª Comissão sobre a Petição n.º 247/XIII/2.ª da iniciativa de Também Somos Portugueses** que “Solicitam a simplificação das Leis Eleitorais na parte relativa ao exercício do direito de voto pelos portugueses residentes no estrangeiro”.
6. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP**, que solicita audição do Secretário de Estado da Internacionalização, com vista a debater a estratégia do Governo português para a promoção da internacionalização da economia nacional.

## 7. Apreciação do relatório da deslocação à República Islâmica do Irão.

## 8. Apreciação do Texto Final dos Projetos de Resolução n.º 379/XIII/1.<sup>a</sup> (PEV) e 606/XIII/2.<sup>a</sup> (PAN) – Acordo Económico e Comercial Global /CETA)

## 9. Aprovação de atas

- Ata n.º 55-XIII de 23 de novembro de 2016;
- Ata n.º 63-XIII de 24 de janeiro de 2017.

## 10. Outros assuntos

---

Iniciada a sessão, presidida pelo Senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou este por dar as boas vindas a todos os Senhores Deputados, seguindo para a abordagem ao **Ponto 1.** da OD, relativamente ao qual informou o seguinte:

- A reunião interparlamentar organizada pela AFET, do Parlamento Europeu, originalmente prevista para dias 27 e 28 de fevereiro de 2017, foi adiada para data a designar, provavelmente para depois da Conferência Interparlamentar sobre PESC-PCSD a realizar em Malta, entre 26 a 28 de abril.
- Decorrerá no próximo dia 14 do corrente mês, pelas 15 horas, a Audição do Grupo de Apoio ao Tibete, no formato Mesa +Coordenadores, aberto, como de costume, a todos os Senhores Deputados que entendam nela participar.
- Baixou à CNECP, em conexão, o Projeto de Resolução 639/XIII/2<sup>a</sup> (PS) que Recomenda que o Governo efetue todas diligências para que o Estado Português participe no processo de decisão de um eventual prolongamento da licença de funcionamento da Central de Almaraz. Apesar de a Comissão competente ser, em primeira linha, a do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, restava saber onde iria a iniciativa ser apresentada.

Sobre esta matéria interveio o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS), para referir que o seu Grupo Parlamentar ainda iria decidir qual o procedimento a adotar, mas que não excluía a possibilidade de discutir o tema nesta Comissão, mesmo que a apresentação viesse a ser feita formalmente em Plenário.

- Relativamente às iniciativas europeias entretanto conhecidas, questionou o Senhor Presidente se haveria interesse da Comissão em escrutinar a COM 2017/29 - Conclusões da avaliação conjunta à implementação do acordo EU-EUA para utilização e transferência dos registos de identificação dos passageiros, não qual está incluída a avaliação do estado de implementação das recomendações do relatório anterior - COM(2013) 844. Foi unanimemente decidido pela afirmativa, pelo que o PS, a quem compete designar Relator, reservou a sua indicação concreta para momento posterior.
- No seguimento da deliberação tomada na última sessão da Comissão, foi avaliada a forma e o teor em concreto da implementação da alteração à grelha de tempos a aplicar nas audições Regimentais. Por unanimidade, foi confirmada a versão revista, a qual passará a vigorar a título experimental.

No **Ponto 2.** da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD)** para apresentação do seu Parecer acerca do Protocolo em apreço, tendo começado por aludir à sua motivação, âmbito e conteúdo, seguindo para uma curta análise da sua sistemática. Terminou, frisando que os avanços da ciência e tecnologia biomédicas acarretam significativas oportunidades para a humanidade, áreas que muito têm contribuído ao longo do último século para o aumento exponencial da esperança de vida à nascença, para a redução da pobreza e das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida de todos os seres humanos no globo. Na era da computação cognitiva, antevê um forte impacto clínico da genómica, capaz de transformar a atual abordagem médica no sentido de uma progressiva personalização dos cuidados prestados, ajustando as respostas disponíveis, desde o diagnóstico ao tratamento, às características fundamentais de cada indivíduo no âmbito da chamada medicina de precisão. Alertou, porém, para os riscos inerentes a tais avanços, pois a classificação de cidadãos com base num perfil genético, pode levar a uma nova vaga de discriminação, a qual pode facilmente encaminhar para o ressurgimento de uma visão eugénica da medicina e da sociedade, a qual deve saber prevenir e combater o “purismo étnico”, numa Europa outrora tolerante e solidária. A finalizar, assinalou como de particular relevância que os avanços biomédicos sejam devidamente acompanhados pelos mais rigorosos padrões éticos, uniformizados à escala global, desiderato onde se inscreve o presente Protocolo. Concluiu, referindo que o instrumento sob análise está em condições de ser votada no Plenário da Assembleia da República.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para saudar a profundidade analítica do Parecer apresentado, que deixa alertas centrais para a medicina e cidadania do Mundo de hoje.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, que igualmente felicitou o Autor do Parecer pelo nível e profundidade de conhecimentos demonstrados na análise desta problemática, salientando a relevância do elemento ético na aplicação prática das novas tecnologias no domínio da medicina.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente aos **Pontos 3. e 4.** da OD, foi solicitado o adiamento da apreciação das peças em apreço, o que foi unanimemente aceite.

No **Ponto 5.** da OD, colocou o Senhor **Presidente** à consideração da Comissão a possibilidade de a mesma poder, querendo, pronunciar-se acerca da Petição em causa, no seguimento, aliás, de convite expressamente formulado pela 1.<sup>a</sup> Comissão, que é a legalmente competente para o respetivo processamento.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para declarar o entendimento do PS de que a Comissão se pronunciasse, dado tratar-se de matéria com interesse e antecedentes substantivos, além de constituir assunto que é relevante para as comunidades portuguesas no estrangeiro.

No mesmo sentido, interveio o Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**, partilhando as respetivas motivações.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente** para, atenta a relevância da matéria, propor a assunção conjunta deste Relatório ao PS e ao PSD.

Interveio o Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**, declarando nada ter a opor à referida sugestão.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** defendendo que o Relatório deve ser produzido por um único Partido, disponibilizando o PS para a respetiva elaboração. Mais solicitou que o manancial de informação já solicitado ao Governo pelo Deputado-Relator da 1.<sup>a</sup> Comissão possa ser dado a conhecer a quem, na 2.<sup>a</sup> Comissão ficar para tal efeito indigitado.

Interveio o Senhor **Presidente** para lembrar as vantagens da solução de elaboração conjunta, atenta a imagem da Comissão e do Parlamento, tendo salientado que a eventual existência de visões diferenciadas acerca da matéria, não constituiria obstáculo, dada a

possibilidade de que ambas as opiniões pudesse ficar plasmadas no documento. Sublinhou o histórico que esta matéria já possui na Comissão, onde se pede a busca de soluções de compromisso suficientemente abrangentes que permita o debate sério e a desejável aproximação de pontos de vista.

Interveio o Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**, vincando a disponibilidade anteriormente manifestada, ainda mais reforçada pelo facto de não inviabilizar a consagração escrita de eventuais diferenças de pontos de vista.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, lembrando que a Petição, possuindo mais de 4 mil assinaturas, será obrigatoriamente discutida em Plenário, assegurando a discussão política desejável, onde podem ser utilizada argumentação diversificada. No entanto, dado que o Senhor Presidente disso faz questão, e desde que fiquem salvaguardadas as opiniões diferenciadas, não se opõe à elaboração conjunta de documento que espelhe a posição formal da Comissão, em nome, até, do trabalho que deve começar a fazer-se no âmbito do processo de revisão da Lei aplicável, no sentido desejado.

Retomou a palavra o Senhor **Presidente** frisando não ser ele a fazer questão da adoção da solução conjunta. Mas que o funcionamento de um Parlamento liberal deve saber viabilizar uma cultura de compromissos de que a presente situação pode constituir exemplo a salvar e prática a acarinhar no futuro.

Retomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para, em nome da mencionada cultura de compromisso, assentir na elaboração conjunta do documento em causa.

No **Ponto 6.** da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, para apresentação de Requerimento visando a audição em sede de Comissão, do Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, remetendo para o texto respetivo a avaliação da sua relevância. Mais referiu que a presente audição se insere no dever geral de escrutínio, particularmente em matéria de internacionalização da economia, relativamente à qual muito ficou por explicar após a última audição regimental.

Intervieram os Senhores **Deputados Paulo Neves (PSD)** e **Lara Martinho (PS)**, para manifestarem a concordância dos seus Partidos quanto à realização da audição requerida.

Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente ao **Ponto 7. da OD**, interveio o Senhor **Presidente** para apresentar o Relatório da recente deslocação de uma delegação parlamentar da Comissão à República Islâmica do Irão, e sumariar os pontos de maior interesse da mesma. Informou, ainda, que na sequência

desta visita, os membros integrantes desta delegação parlamentar devem manter contactos de proximidade, em nome dos respetivos Partidos, com as autoridades iranianas em Lisboa, convidando-os a participar nas reuniões que irão ser agendadas com o Senhor Ministro da Economia e com o Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, tendo por tema as relações com o Irão.

Intervio a Senhora **Deputada Joana Lima (PS)** para enaltecer o nível apresentado pelo Relatório em análise, sublinhando o excelente trabalho realizado pelo assessor da Comissão no âmbito da deslocação em apreço.

Intervio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para secundar integralmente a anterior intervenção e valorizar a resenha feita pelo Senhor Presidente acerca da deslocação, com a qual se identifica. Tanto nesta resenha oral como no Relatório, estão particularmente bem identificados aspetos da maior relevância para os interesses de Portugal, renovando, ainda, o justo reconhecimento do exemplar trabalho realizado pelo assessor da Comissão, na preparação e acompanhamento técnico deste dossiê.

Relativamente ao **Ponto 8. da OD**, foram lidas as alterações introduzidas aos textos das iniciativas em presença, tendo os mesmos recolhido total concordância por parte dos Grupos Parlamentares interessados na respetiva revisão.

No **Ponto 9.**, foram lidas as atas números 55 e 63, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

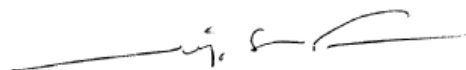
Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada pelas dezassete horas.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIII/LEG/1SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20170207.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIII/LEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170207.mp3)

Palácio de S. Bento, 7 de fevereiro de 2017

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Domicília Costa  
Filipe Lobo D' Ávila  
Isabel Santos  
Joana Lima  
Lara Martinho  
Nuno Magalhães  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Porfírio Silva  
Ricardo Baptista Leite  
Rui Silva  
Sérgio Sousa Pinto  
Adão Silva  
Berta Cabral  
Fernando Jesus  
Isabel Pires

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira  
José Cesário  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
Gabriela Canavilhas

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 14/02/2017.**